

**A CONTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS AMIGÁVEIS PARA A PROTEÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÕES DE  
EMERGÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**THE CONTRIBUTION OF FRIENDLY SPACES TO THE PROTECTION AND  
PSYCHOSOCIAL DEVELOPMENT OF CHILDREN IN EMERGENCY  
SITUATIONS: AN EXPERIENCE REPORT**

**LA CONTRIBUCIÓN DE LOS ESPACIOS AMIGABLES PARA LA PROTECCIÓN Y  
DESARROLLO PSICOSSOCIAL DE LOS NIÑOS EN SITUACIONES DE  
EMERGENCIA: UN RELATO DE EXPERIENCIA**

Roxanne Borges da Rocha<sup>1</sup>

**RESUMO**

Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre a atuação em Espaços Amigáveis para Crianças (EACs) durante o desastre de origem natural que atingiu o estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024. Com foco na cidade de Canoas, a experiência foi vivenciada no contexto da resposta humanitária realizada por organizações como a Visão Mundial e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria com o poder público. O objetivo é analisar, por meio do relato da trajetória de Sol, adolescente em situação de violência intrafamiliar acolhida durante as inundações, como os EACs contribuíram para sua proteção e desenvolvimento psicossocial, a partir da escuta qualificada, do brincar e da construção de vínculos seguros. A análise dialoga com referenciais da Psicologia Ambiental, da Psicologia Comunitária e da teoria bioecológica do desenvolvimento, reforçando o papel dos EACs como ferramentas de fortalecimento da resiliência infantil. O presente estudo evidencia a importância dos EACs como espaços capazes de favorecer a expressão emocional e a denúncia de violações, trazendo subsídios para refletir sobre a escuta qualificada nestes espaços e contribuindo para o aprimoramento das práticas psicológicas em contextos de emergência. Ao evidenciar os impactos positivos da atuação humanitária com crianças, este trabalho também oferece elementos para o fortalecimento de políticas públicas de proteção à infância em situações de vulnerabilidade social e ambiental.

**Palavras-chave:** desastres; espaços amigáveis; crianças; proteção; desenvolvimento psicossocial.

**ABSTRACT**

This paper offers an experiential account of engagement with Child-Friendly Spaces (CFS) during the disaster caused by a natural hazard that struck Rio Grande do Sul in April and May 2024. Concentrating on the city of Canoas, the experience unfolded within the framework of a

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade La Salle - Unilasalle. Email: roxannerocha@hotmail.com. Matriculada na disciplina de Trabalho de Conclusão, sob a orientação da Profa. Dra. Camila Bolzan de Campos. E-mail: camila.bolzan@unilasalle.edu.br. Data de entrega 30 junho 2025.

humanitarian response led by organizations like World Vision and the United Nations Children's Fund (UNICEF), in collaboration with local government. The study aims to examine, through the narrative of Sol – an adolescent survivor of domestic violence sheltered amidst the floods – how CFS contributed to her protection and psychosocial well-being. This was achieved through active listening, therapeutic play, and the establishment of secure attachments. The analysis draws upon theoretical frameworks from Environmental Psychology, Community Psychology, and the bioecological theory of development, underscoring CFS's role in bolstering child resilience. This research underscores the vital importance of CFS as environments that facilitate emotional expression and the disclosure of abuse, offering valuable insights for enhancing qualified listening practices within these spaces and improving psychological interventions in emergency settings. Furthermore, by evidencing the positive outcomes of humanitarian efforts with children, this work provides crucial contributions for strengthening public policies aimed at safeguarding children in vulnerable social and environmental contexts.

**Keywords:** disaster; friendly spaces; children; protection; psychosocial development.

## RESUMEN

Este trabajo presenta un informe de experiencia sobre la actuación en Espacios Amigables para la Infancia (EAI) durante el desastre inducido por un peligro natural que afectó el estado de Rio Grande do Sul en los meses de abril y mayo de 2024. Con enfoque en la ciudad de Canoas, la experiencia fue vivida en el contexto de la respuesta humanitaria realizada por organizaciones como Visión Mundial y el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), en colaboración con el poder público. El objetivo es analizar, mediante el relato de la trayectoria de Sol, adolescente en situación de violencia intrafamiliar acogida durante las inundaciones, cómo los EAI contribuyeron a su protección y desarrollo psicosocial, a partir de la escucha cualificada, el juego y la construcción de vínculos seguros. El análisis dialoga con referencias de la Psicología Ambiental, la Psicología Comunitaria y la teoría bioecológica del desarrollo, reforzando el papel de los EAI como herramientas para el fortalecimiento de la resiliencia infantil. El presente estudio evidencia la importancia de los EAI como espacios capaces de favorecer la expresión emocional y la denuncia de violaciones, aportando subsidios para reflexionar sobre la escucha cualificada en estos espacios y contribuyendo al perfeccionamiento de las prácticas psicológicas en contextos de emergencia. Al evidenciar los impactos positivos de la actuación humanitaria con niños, este trabajo también ofrece elementos para el fortalecimiento de políticas públicas de protección a la infancia en situaciones de vulnerabilidad social y ambiental.

**Palabras clave:** desastre; espacios amigos; infancia; protección; desarrollo psicosocial.

## INTRODUÇÃO

Desastres causam danos significativos ao bem-estar de populações inteiras, especialmente de crianças, que figuram entre os grupos mais vulneráveis. O impacto dessas crises ultrapassa o âmbito físico, afetando o desenvolvimento emocional, social e psicológico

das crianças atingidas. Diante disso, torna-se essencial a criação de estratégias específicas que garantam proteção integral e promovam ambientes seguros e afetivos.

Entre essas estratégias, destacam-se os Espaços Amigáveis para Crianças (UNICEF, 2009), concebidos como ambientes de apoio psicossocial capazes de oferecer estrutura, acolhimento e possibilidades de expressão simbólica por meio do brincar. Fundamentados nos direitos da criança, em diretrizes humanitárias internacionais e à luz da Psicologia Ambiental, esses espaços representam não apenas locais físicos, mas também campos relacionais, onde vínculos são estabelecidos, a escuta é valorizada e o desenvolvimento infantil é respeitado.

Este trabalho relata a experiência de atuação em Espaços Amigáveis para Crianças durante o desastre de origem natural que afetou o estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024. A partir do acompanhamento de uma adolescente acolhida em um abrigo no município de Canoas, analisa-se como os EACs podem contribuir para a proteção e o fortalecimento psicossocial de crianças e adolescentes em contextos de desastre, por meio da escuta qualificada, do brincar e da construção de vínculos seguros. O caso abordado evidencia o potencial desses espaços como estratégias de cuidado, acolhimento e denúncia de violações de direitos.

## **CRIANÇAS EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA: IMPACTOS E VULNERABILIDADES**

De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR, 2023a), um desastre ocorre quando um evento perigoso afeta significativamente o funcionamento normal de uma comunidade ou sociedade, em qualquer escala. Essa disrupção resulta da interação entre o evento e fatores como exposição, vulnerabilidade e capacidade, podendo causar perdas humanas, materiais, econômicas e ambientais. Tal interrupção não se dá apenas pela ocorrência de um evento natural ou antrópico, mas pela interação entre ameaças, exposição e vulnerabilidades existentes. A exposição refere-se à presença de pessoas, infraestrutura, habitações, produção e outros ativos localizados em áreas suscetíveis a ameaças (UNDRR, 2023b). Já a vulnerabilidade diz respeito às características e circunstâncias de uma comunidade, sistema ou ativo que os tornam suscetíveis aos efeitos de ameaças, envolvendo aspectos físicos, sociais, econômicos e ambientais (UNDRR, 2023c). Assim, um desastre ocorre quando uma ameaça incide sobre populações expostas e vulneráveis, revelando desigualdades estruturais e limitações na capacidade de prevenção e resposta.

Entre o final de abril e o mês de maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul

enfrentou um dos mais graves desastres de origem natural de sua história. A região foi atingida por um sistema de baixa pressão que provocou chuvas intensas e contínuas, resultando em impactos de grande magnitude em diversos municípios. O evento se deu em conformidade com os padrões climáticos históricos da região, que apontam o outono como o período de maior concentração de chuvas. No entanto, as precipitações registradas excederam de maneira significativa as médias históricas, com algumas áreas acumulando até 300 mm em apenas um dia. Esse volume extremo de chuva provocou a saturação do solo e o transbordamento de rios e córregos, desencadeando alagamentos, inundações e deslizamentos de terra de grande magnitude em áreas urbanas e rurais, ocasionando prejuízos significativos em diversas regiões atingidas (CEPAL, 2024).

De acordo com a Defesa Civil do Estado, em um levantamento publicado dia 10 de junho de 2024, 478 municípios foram atingidos, totalizando 2.398.255 pessoas afetadas. Destas, 388.781 ficaram desalojadas, 806 ficaram feridas, 34 estavam desaparecidas e 178 perderam a vida (Rio Grande do Sul, 2024). O governo do estado, em articulação com as esferas municipal e federal, adotou medidas emergenciais, decretando estado de calamidade pública em 95 destes municípios e situação de emergência em outros 323 (CEPAL, 2024). Em abril de 2025, a Defesa Civil atualizou esses números: o total de óbitos subiu para 184 e o número de desaparecidos foi revisto para 24 (Rio Grande do Sul, 2025). A magnitude do desastre exigiu uma resposta emergencial ampla, envolvendo o poder público em diferentes esferas e a mobilização da sociedade civil.

De acordo com um levantamento emergencial conduzido em 25 de maio de 2024 pelo Ministério do Desenvolvimento Social em parceria com a Secretaria Estadual de Assistência Social, o Ministério dos Direitos Humanos e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o estado contava com 767 abrigos em funcionamento. O estudo revelou a presença de 15.870 crianças e adolescentes acolhidos nesses espaços, dentre os quais 4.128 tinham menos de cinco anos de idade. No âmbito da educação, os dados da rede estadual mostraram que, das 2.338 escolas, 1.089 foram afetadas e dos 741.831 alunos matriculados, 396.126 foram impactados (UNICEF, 2024b).

A presença de mais de 15 mil crianças e adolescentes em abrigos temporários durante o desastre no Rio Grande do Sul evidencia a complexidade da gestão humanitária em contextos emergenciais. Esses espaços, muitas vezes improvisados, nem sempre atendem aos princípios mínimos estabelecidos pelo Manual Esfera (Associação Esfera, 2018), que orienta ações de resposta em desastres a partir da garantia da dignidade humana, incluindo privacidade, segurança, acesso à água potável, saneamento básico, alimentação adequada,

cuidados de saúde e apoio psicossocial. A experiência relatada por Costa *et al.* (2017), no abrigo “Vale da Esperança” em São José do Vale do Rio Preto, ilustra uma tentativa de aplicar esses princípios por meio de um planejamento estruturado e intersetorial. O abrigo foi montado com base em critérios técnicos que respeitavam a organização familiar, a acessibilidade e a proteção dos grupos mais vulneráveis, como crianças, gestantes e idosos. Além disso, contou com espaços de convivência, biblioteca infantil, creche e equipe de saúde atuando 24 horas por dia, elementos fundamentais para o cuidado integral. Em contraste, muitos abrigos no contexto gaúcho foram instalados emergencialmente em estruturas preexistentes, como escolas e ginásios, nem sempre capazes de atender às especificidades das infâncias afetadas. Tal comparação revela a importância de se investir em protocolos nacionais de abrigamento que dialoguem com os referenciais internacionais e com as realidades locais, assegurando que as crianças tenham seus direitos respeitados mesmo em contextos extremos.

As crianças estão entre os grupos mais vulneráveis em contextos como desastres, conflitos armados e deslocamentos forçados. Essas situações comprometem não apenas sua segurança física, mas também afetam profundamente o desenvolvimento psicossocial, resultando em reações emocionais e comportamentais complexas (Kar, 2009).

Segundo a The Alliance for Child Protection in Humanitarian Action (2019), uma em cada quatro crianças vive em um país afetado por conflitos ou desastres. Esse cenário é complementado pelos dados apresentados pelo UNICEF (2024a), no relatório Situação Mundial da Infância, que estima que, nos últimos anos, cerca de 20.000 crianças por dia, em todo o mundo, foram deslocadas em decorrência de inundações e tempestades intensificadas pela mudança climática. Ambas as organizações ressaltam que a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento saudável das crianças são gravemente comprometidos em contextos humanitários.

As emergências expõem as crianças a uma série de riscos à sua proteção, como separação familiar, perdas abruptas, interrupção de rotinas, abuso físico ou sexual, sofrimento psicossocial, recrutamento por grupos armados, exploração econômica, lesões e até a morte. A gravidade desses riscos depende de fatores como a magnitude da crise, o número de crianças afetadas, as normas socioculturais, os riscos pré-existentes, o nível de preparação da comunidade e a capacidade de resposta do Estado. (UNICEF, 2009; The Alliance for Child Protection in Humanitarian Action, 2019).

Para uma compreensão mais ampla dos efeitos das emergências sobre as crianças, adota-se a perspectiva ecológica no âmbito da Psicologia Comunitária, a qual compreende o

desenvolvimento humano como um fenômeno influenciado por múltiplos contextos interdependentes. Essa abordagem é aprofundada pelo modelo ecológico de Bronfenbrenner (1979), que propõe que o desenvolvimento infantil ocorre em um sistema composto por camadas inter-relacionadas: o microsistema, que envolve os ambientes mais próximos e as relações diretas da criança, como a família, os amigos, a escola e instituições; o mesossistema, que diz respeito às conexões entre dois ou mais microsistemas, como a relação entre família e escola; o exossistema, formado por ambientes que impactam a vida da criança de maneira indireta, como o ambiente de trabalho dos pais ou a atuação da mídia; o macrosistema, que abrange os contextos culturais, econômicos e ideológicos mais amplos nos quais a criança está inserida; e, por fim, o cronossistema, que considera as mudanças e transições que ocorrem ao longo da vida, como perdas familiares, deslocamentos ou situações de emergência (Bronfenbrenner, 2005).

Dando continuidade a essa perspectiva, Bronfenbrenner aprofunda ainda mais a sua proposta ao desenvolver a teoria bioecológica do desenvolvimento, centrada na interação entre quatro componentes fundamentais: pessoa, processo, contexto e tempo (PPCT). O componente pessoa diz respeito às características individuais que influenciam como os contextos são percebidos e vivenciados, como idade, temperamento e histórico de vida. O processo refere-se às interações contínuas e recíprocas entre a criança e o ambiente, as chamadas “interações proximais”, consideradas centrais para o desenvolvimento. O contexto corresponde aos sistemas ambientais já descritos no modelo ecológico, enquanto o tempo abrange tanto as mudanças ao longo da vida da criança (cronossistema) quanto a periodicidade e duração das interações que sustentam o desenvolvimento (Assis; Moreira; Fornasier, 2021). A partir disso, compreende-se que o impacto das situações de emergência sobre as crianças depende não apenas do contexto externo, mas também das características pessoais e da qualidade das interações estabelecidas ao longo do tempo.

As experiências adversas vividas em situações de emergência impactam diretamente as dimensões física, emocional e social do desenvolvimento infantil, podendo provocar uma variedade de reações: retraimento, ansiedade, tristeza, raiva, comportamentos regressivos, insônia, enurese noturna, entre outros (UNICEF, 2009). Além disso, Kar (2009) aponta que crianças expostas a desastres estão particularmente suscetíveis ao desenvolvimento de transtornos como ansiedade e depressão, uma vez que experiências traumáticas costumam gerar sentimentos intensos de medo e insegurança que, sem o devido acolhimento, tendem a se intensificar. A recuperação das crianças está relacionada a múltiplos fatores, incluindo personalidade, redes de apoio, condições econômicas, estratégias de enfrentamento, crenças

culturais e espirituais e experiências anteriores (UNICEF, 2009). Kar (2009) reforça a necessidade de intervenções baseadas na escuta ativa e no apoio psicossocial, como estratégias fundamentais para mitigar os impactos e promover a recuperação emocional dessas crianças.

A perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano é fundamental para entender como as crianças reagem e se adaptam em situações de crise. Cadamuro *et al.* (2021) afirmam que a resiliência infantil é influenciada por fatores individuais (autoestima, enfrentamento), interpessoais (apoio familiar e entre pares), grupais (participação comunitária) e intergrupais (percepção de apoio externo). Os autores ressaltam que, além das características individuais, o ambiente social imediato e as redes de apoio ampliadas são determinantes na promoção da resiliência.

Poletto e Koller (2008) discutem a resiliência a partir desta perspectiva, compreendendo-a como um processo relacional e dinâmico, construído nas interações entre as crianças e os contextos em que estão inseridas. As autoras destacam que os ambientes familiar, escolar e institucional podem atuar tanto como fatores de risco quanto como fatores de proteção, dependendo das condições presentes nesses espaços. Dentre os elementos protetivos, elas mencionam a presença de vínculos afetivos, regras claras, comunicação aberta, incentivo à autonomia e monitoramento das atividades das crianças. Já entre os fatores de risco, identificam a negligência, a violência intrafamiliar, a ausência de vínculo afetivo e a exclusão social. Com base no modelo bioecológico de Bronfenbrenner, é evidenciado que o desenvolvimento saudável está diretamente relacionado à qualidade das interações estabelecidas nos diversos níveis do contexto, reforçando a importância de considerar as condições sociais e institucionais que cercam a infância em situações de vulnerabilidade.

## **DIREITOS DA CRIANÇA EM CONTEXTOS HUMANITÁRIOS**

Diante desse cenário, é essencial reconhecer os direitos das crianças em situações de emergência, conforme estabelecido em marcos internacionais, como na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989) que estabelece diretrizes fundamentais, como o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento (Art. 6º), à proteção contra maus-tratos físicos e mentais (Art. 19º), ao lazer e à participação em atividades culturais (Art. 31º), bem como à recuperação física e psicológica de crianças vítimas de negligência, abuso ou violência (Art. 39º).

Os Padrões Mínimos para a Proteção da Criança em Ações Humanitárias (CPMS),

desenvolvidos pela The Alliance for Child Protection in Humanitarian Action, complementam esses marcos legais, oferecendo diretrizes práticas para garantir o bem-estar físico, emocional e social de crianças afetadas por crises. Entre os padrões estabelecidos, destacam-se o apoio psicossocial e a criação de espaços seguros e protetores, como os Espaços Amigáveis para Crianças.

## **A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR**

Além de assegurar proteção contra abusos e garantir acesso a cuidados e recuperação, os marcos normativos e diretrizes humanitárias reconhecem o brincar como um direito fundamental da infância. Em contextos de emergência, proporcionar oportunidades lúdicas não é apenas uma forma de entretenimento, mas um componente essencial para a saúde mental, o bem-estar emocional e o desenvolvimento integral da criança. Nesse sentido, espaços seguros como os Espaços Amigáveis para Crianças viabilizam a concretização desse direito, permitindo que o brincar cumpra seu papel estruturante mesmo diante da adversidade.

O brincar é parte constitutiva da infância e exerce papel central no desenvolvimento humano desde os primeiros anos de vida. Trata-se de uma atividade essencial para que a criança se relacione com o mundo, explore possibilidades simbólicas e desenvolva suas habilidades cognitivas, emocionais, motoras e sociais. Segundo Friedmann (2012; apud Carvalho, 2016), as expressões lúdicas são canais privilegiados por meio dos quais a criança aprende o mundo à sua volta e estabelece vínculos com os outros e com seus encontros cotidianos.

Segundo análise de Carvalho (2016), Vygotsky compreende o brincar como um impulso para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, permitindo que a criança atue além do comportamento habitual e internalize normas sociais. A autora também destaca que, para Leontiev, o ato de brincar expressa o desejo infantil de agir como os adultos, possibilitando a assimilação de comportamentos sociais por meio da imaginação e da experimentação simbólica.

Brincar, portanto, é mais do que lazer, é uma linguagem própria da infância e uma necessidade fundamental para a formação da subjetividade. Como destacam Nascimento e Nascimento (2022), ao brincar, a criança desenvolve seu imaginário, experimenta sentimentos, expressa desejos e vivencia papéis sociais que estruturam sua identidade. A ausência dessa vivência pode comprometer severamente o desenvolvimento psicológico e emocional, levando a dificuldades cognitivas e comportamentais.

A atividade lúdica também cumpre uma função vital no fortalecimento do vínculo da criança consigo mesma e com o ambiente. Nascimento e Nascimento (2022), ao discutirem as contribuições de Winnicott, destacam que o brincar representa um espaço potencial de criatividade, onde passado, presente e futuro se articulam em experiências significativas. É nesse espaço intermediário que a criança encontra possibilidades de existir de forma autêntica, construindo um sentimento de continuidade e sentido de vida. Os autores afirmam ainda que a criatividade espontânea, expressa por meio do brincar, é condição essencial para a saúde emocional.

Quando esse direito é negado, seja por ausência de tempo, espaço, estímulo ou em decorrência de emergências, a criança tende a apresentar dificuldades de regulação emocional, empobrecimento das relações sociais e prejuízos em sua capacidade de simbolizar. Como apontam Rayane e Sousa (2018), a falta de experiências afetivas e lúdicas nos primeiros anos de vida pode levar a quadros de insegurança, baixa autoestima, condutas antissociais e até distúrbios emocionais mais graves.

Carvalho (2016) afirma que a brincadeira oferece à criança oportunidades de escolha, negociação, imaginação, expressão de sentimentos e construção de sentido. É nesse movimento que ela exerce sua autonomia, aprende a lidar com regras, sonha e cria. A ausência dessas experiências compromete o crescimento integral e pode resultar em limitações duradouras no desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais, favorecendo o surgimento de transtornos psíquicos ao longo da vida.

Garantir o brincar na infância é assegurar as condições para que a criança desenvolva sua identidade, sua criatividade e sua saúde mental. É por meio da brincadeira que a criança vive, elabora e transforma o mundo e a si mesma.

## **ESPAÇOS AMIGÁVEIS PARA CRIANÇAS: UMA ABORDAGEM INTEGRADA DE PROTEÇÃO**

Para quem não está familiarizado com a terminologia, os “Espaços Amigáveis para Crianças” são locais que oferecem proteção por meio de uma abordagem pragmática baseada nos direitos da criança, visando promover o bem-estar infantil em situações de emergência. Eles oferecem ambientes seguros com atividades e brincadeiras supervisionadas, promovem a conscientização sobre os riscos para as crianças e engajam as comunidades no processo de criação de um ambiente protetor.

Esses espaços nem sempre são chamados pelo mesmo nome pelas agências

humanitárias implementadoras, podendo variar entre “Espaços Centrados na Criança (ECC)”, “Espaços Seguros” e “Áreas de Recreação Seguras”. Sendo adaptável conforme o contexto e cultura do local, como mostra a adaptação realizada pelo UNICEF no Rio Grande do Sul em 2024, quando o projeto foi nomeado "Espaço da Gurizada", termo que incorpora a expressão regional utilizada para se referir às crianças, reforçando a identidade cultural gaúcha. No entanto, todas essas intervenções compartilham o objetivo comum de oferecer apoio a crianças e jovens em situações de emergência (UNICEF, 2009).

Nesse sentido, o “espaço” é mais do que uma estrutura física ou um local geográfico, é compreendido como um ambiente construído pelas relações, vínculos, experiências compartilhadas e pelos sentidos atribuídos pelas crianças e pela comunidade. Ele representa um lugar de acolhimento, escuta e proteção, onde é possível expressar emoções, reconstruir sentimentos de segurança e desenvolver vínculos sociais positivos. Sob essa perspectiva, a Psicologia Ambiental compreende que o espaço se transforma em lugar a partir do modo como os sujeitos se apropriam simbolicamente dele, atribuindo significados afetivos e construindo vínculos de pertencimento. Como apontam Lima, Pacheco e Bomfim (2021), essa apropriação está relacionada à estima de lugar, conceito que expressa como as pessoas se envolvem psicossocialmente com o ambiente em que estão inseridas.

Projetados e operados de maneira participativa, os Espaços Amigáveis oferecem atividades integradas de recreação, educação, apoio à saúde, suporte psicossocial e acesso a serviços. Implementados por Organizações Não Governamentais (ONGs) ou governos, constituem respostas de curto e médio prazo para proteger as crianças contra riscos físicos e emocionais, enquanto apoiam sua aprendizagem e desenvolvimento (UNICEF, 2009; Save the Children, 2008).

Esse potencial é reconhecido internacionalmente. Segundo o UNICEF (2009), os EACs contribuem para a recuperação emocional das crianças, favorecem rotinas seguras e reduzem riscos como negligência, separação familiar e violência. A Save the Children (2008) reforça que a previsibilidade das atividades e a estrutura do espaço ajudam a restabelecer um senso de normalidade em meio a situações de emergência. A The Alliance for Child Protection in Humanitarian Action (2019), por sua vez, aponta os EACs como uma das intervenções prioritárias para garantir apoio psicossocial em crises. Estudos como o de Hermosilla *et al.* (2019) demonstram que a participação nesses espaços está associada a melhorias significativas na autorregulação emocional, na sensação de bem-estar e na percepção de apoio das crianças. Dessa forma, os EACs não apenas oferecem cuidados imediatos, mas se consolidam como estratégias estruturadas e baseadas em evidências,

atuando como fatores de proteção e de promoção do desenvolvimento psicossocial e da resiliência infantil em contextos de vulnerabilidade.

Esses espaços também cumprem um papel estratégico para as famílias, funcionando como locais seguros onde pais e responsáveis podem deixar seus filhos enquanto realizam tarefas essenciais, como buscar suprimentos ou reconstruir suas moradias (Save The Children, 2008). Para além do apoio individual às crianças, os EACs favorecem a resiliência familiar e comunitária, ao contribuir para a retomada das rotinas e da vida cotidiana após a emergência. Como destacam Oliveira e Morais (2018), a resiliência comunitária se constrói a partir do fortalecimento dos vínculos sociais, da mobilização das redes de apoio e da capacidade coletiva de enfrentar adversidades, permitindo que a comunidade se reorganize de forma solidária e integrada diante da crise.

A consolidação da estratégia dos EACs tem origem na atuação do UNICEF, que implementou os primeiros Espaços Amigáveis em 1999, durante a crise em Kosovo. No mesmo ano, foram replicados em abrigos para sobreviventes do terremoto na Turquia e, desde então, tornaram-se referência em contextos emergenciais (UNICEF, 2009).

Hoje, os EACs são implementados por uma ampla rede de organizações humanitárias, como o UNICEF, Save the Children, World Vision (Visão Mundial), Plan International, Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, além do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), especialmente em contextos de deslocamento. Organizações locais e comunitárias também desempenham papel essencial, garantindo que as intervenções sejam culturalmente sensíveis e alinhadas às necessidades reais das comunidades.

No Brasil, o UNICEF, em parceria com a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA) e a Visão Mundial, realizou uma resposta humanitária estruturada por oito meses no Estado do Rio Grande do Sul, articulando ações de suporte imediato, estratégias de médio prazo e a construção de legados institucionais e comunitários voltados à proteção da infância. A atuação buscou não apenas atender às necessidades emergenciais da população afetada pelo desastre de 2024, mas também fortalecer a resiliência das comunidades e do poder público frente a futuros desastres.

Entre as primeiras ações, destaca-se a participação do UNICEF, a pedido do Governo Federal, na organização de um censo nos abrigos, com o objetivo de mapear crianças, adolescentes, mulheres grávidas e outras pessoas em situação de risco. Paralelamente, foram promovidas capacitações em limpeza e desinfecção, medidas fundamentais para a promoção da saúde infantil em contextos emergenciais, além da distribuição de aproximadamente 4.500

kits contendo itens de higiene, água potável, materiais de limpeza, cuidados infantis e saúde menstrual, destinados a meninas abrigadas e comunidades atingidas.

Como parte das ações de médio prazo, foram implementados os “Espaços da Gurizada” para cerca de 2.600 crianças. Foram instalados 33 espaços em abrigos nos municípios de Canoas, Porto Alegre e São Leopoldo, com o apoio das Secretarias Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Social e Saúde. Com o avanço da emergência, passaram a ser adaptados nos bairros de retorno das famílias. Contando com materiais pedagógicos e lúdicos, além da atuação de profissionais especializados, os espaços tornaram-se referência no acolhimento e na promoção da recuperação emocional de crianças e adolescentes (UNICEF, 2024c).

## **BRINCAR PARA PROTEGER: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

A partir da contextualização apresentada, este relato descreve a experiência vivenciada durante o desastre de 2024 no Rio Grande do Sul, com foco nos abrigos do município de Canoas, onde foram implementados os Espaços Amigáveis para Crianças pela Visão Mundial. Esses espaços tinham como propósito oferecer proteção e apoio psicossocial, resgatar a sensação de normalidade e contribuir para o restabelecimento da rotina de crianças e adolescentes afetados pelo desastre.

A atuação descrita neste trabalho teve como ponto de partida a participação da autora nos EACs, o que possibilitou observar, a partir de um caso específico, os efeitos da metodologia adotada, especialmente em sua contribuição para a proteção e o desenvolvimento psicossocial de uma adolescente em situação de emergência. Embora se trate de uma experiência singular, ela evidencia o potencial transformador dos EACs em contextos de vulnerabilidade.

A inserção da autora se deu inicialmente como voluntária de apoio psicossocial em abrigos do município. Posteriormente, entre os meses de maio e julho de 2024, surgiu a oportunidade de integrar a equipe da Visão Mundial como educadora social. O primeiro abrigo em que atuou foi o Centro de Pastoral La Salle, que acolhia famílias anteriormente abrigadas na Universidade La Salle e com as quais já havia um vínculo estabelecido. Nesse local, o EAC foi estruturado em salas adaptadas e permaneceu em funcionamento por cerca de um mês, até sua desmobilização.

Na sequência, a equipe foi realocada para o Centro Social Urbano, enquanto a autora passou a atuar na implementação do EAC no abrigo do Centro Olímpico, cuja estrutura era

composta por barracas militares instaladas na quadra externa. Ao longo desse período, também foram promovidas ações pontuais em eventos temporários, como a “Caravana de Direitos”, realizada durante sete dias na EMEF Prof. Thiago Wurth.

A equipe responsável pelos EACs era composta por assistentes sociais, psicólogas e educadoras sociais, que atuavam de forma integrada no planejamento e execução das atividades. O público atendido variava entre crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, sendo que aquelas com menos de cinco anos participavam acompanhadas de seus responsáveis. A quantidade de participantes oscilava conforme o dia e a dinâmica do abrigo, podendo chegar, em determinados momentos, a até 25 crianças e adolescentes presentes no espaço.

Durante as implementações, a condução das atividades foi orientada pelo *The Activity Catalogue for Child Friendly Spaces in Humanitarian Settings* (International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies; World Vision International, 2018), um material que organiza propostas pedagógicas e psicossociais em módulos progressivos. A estrutura do catálogo favorece a criação de um ambiente seguro e acolhedor, essencial para crianças em situação de emergência, e parte do entendimento de que o vínculo não é imediato, ele precisa ser construído com cuidado e empatia. Assim, as primeiras atividades desenvolvidas nos encontros eram voltadas à integração, à escuta e ao fortalecimento da confiança entre as crianças e os profissionais. Essa etapa inicial, por vezes vista como simples, mostrou-se importante, pois ao permitir que as crianças se familiarizassem com o espaço e com a equipe, criava-se a base para um relacionamento que favorecia a expressão emocional e a sensação de pertencimento.

Conforme o vínculo se intensificava, tornava-se possível avançar para atividades com temáticas mais sensíveis, como o reconhecimento de sentimentos, o enfrentamento do medo, o fortalecimento da autoestima e a elaboração simbólica de vivências difíceis. O catálogo também propunha exercícios de relaxamento e meditação, que contribuem para a autorregulação emocional, especialmente em crianças mais agitadas ou retraídas, algo observado frequentemente no contexto do abrigo. As sessões eram sempre encerradas com atividades que sinalizavam de forma cuidadosa o fim do encontro, oferecendo espaço para que as crianças compartilhassem sugestões, como se sentiram com as atividades e também que entendessem que aquele momento havia chegado ao fim, o que promovia previsibilidade e segurança emocional.

A Save the Children (2008) destaca que as crianças, assim como os adultos, precisam sentir que suas vidas têm estrutura, propósito e significado, especialmente em contextos de emergência. A presença de uma rotina estruturada pode auxiliar as crianças a lidar

psicologicamente com o contexto vivido, promovendo a recuperação de um senso de normalidade, mesmo em meio à instabilidade. Os EACs podem favorecer a continuidade de atividades rotineiras, funcionando como um ambiente de apoio no qual elas podem acessar sua resiliência natural, retomar tarefas básicas de aprendizagem e desenvolver estratégias de enfrentamento por meio da convivência com outras crianças.

Durante a vivência na implementação dos Espaços Amigáveis para Crianças foi possível compreender na prática o quanto é essencial que exista um lugar seguro onde as crianças possam simplesmente estar, brincar, falar ou ficar em silêncio. Em meio ao cenário de emergência, esse espaço funcionava como um local onde a criança não era reduzida à condição de afetada pelo desastre, mas reconhecida em sua subjetividade. Ter um local minimamente estruturado, com rotina, materiais disponíveis e atividades com propósito, fazia diferença. Mais do que preencher o tempo, as propostas tinham o sentido de acolher, fortalecer vínculos, promover expressão e cuidado. E tudo isso só era possível porque havia uma equipe presente, preparada, capaz de ouvir sem preconceitos e julgamentos, de reconhecer sinais e seguir protocolos.

Nos encontros dos EACs percebeu-se que o brincar era, muitas vezes, a principal linguagem das crianças. Ao observar atentamente suas ações, escolhas de brinquedos e modos de se relacionar durante as atividades lúdicas, foi possível perceber que existia ali algo a ser escutado, mesmo que não estivesse dito em palavras. Como aponta Benjamin (2002, apud Oliveira *et al.*, 2022), é necessário “olhar” com mais cuidado para o que a criança tenta dizer por meio da brincadeira, pois a interpretação das atividades lúdicas corresponde à compreensão da criança. Esse olhar e essa escuta exigem sensibilidade para entender que, muitas vezes, um gesto repetitivo, uma narrativa inventada ou até o silêncio diante de um jogo carregam sentidos complexos. Em determinados momentos, o brincar pode ser a única forma para que algumas crianças externalizem suas vivências e, nesse contexto, a interpretação dessas manifestações simbólicas se mostra essencial para compreendê-las.

Entre as diversas vivências durante a atuação nos EACs, um caso em especial se destacou por revelar a importância do vínculo, da escuta e da proteção no desenvolvimento psicossocial de uma adolescente em situação de emergência. Trata-se de uma adolescente de aproximadamente 13 anos, aqui nomeada como Sol, com o objetivo de preservar sua identidade.

Sol era uma adolescente que estava abrigada com sua família em um dos abrigos de Canoas, após terem sido diretamente afetados pelas inundações de 2024. Sua família era composta por sua mãe e dois irmãos. Outros familiares próximos também estavam acolhidos

no local. Sol já estava em situação de acolhimento há cerca de um mês, quando o Espaço Amigável para Crianças foi implementado neste abrigo.

Com o início das atividades no Espaço Amigável, Sol demonstrou, nos primeiros encontros, uma participação ativa, tanto nas dinâmicas propostas quanto na interação com as outras crianças. Com o passar dos dias, a equipe percebeu uma redução na frequência de Sol nas atividades do Espaço Amigável. Esse acompanhamento era feito por meio de uma lista de presença, utilizada não apenas para controle, mas também como uma forma de demonstrar cuidado e observar a constância das crianças no espaço.

Diante dessa mudança, a assistente social procurou a responsável pela Sol para conversar e reforçar a importância da participação no EAC. Após essa abordagem, Sol retornou às atividades, porém mais introspectiva, o que despertou um olhar ainda mais atento por parte da equipe, especialmente no modo como ela se envolvia nas atividades lúdicas.

Em um dos encontros, realizado ao ar livre devido ao clima agradável, foi proposta uma atividade de abertura denominada “Abrindo o Paraquedas”. A dinâmica consistia em estender um grande tecido colorido, no qual cada criança segurava uma das extremidades. Uma bola era colocada ao centro, e o desafio coletivo era mantê-la em movimento sem deixá-la cair. O objetivo da atividade era fortalecer o vínculo entre os participantes e estimular o trabalho em equipe de forma lúdica e descontraída.

Na sequência, foi realizada a dinâmica “Nossas Coisas Favoritas”, na qual as crianças deveriam se dividir em duplas e compartilhar com o colega duas coisas que gostavam muito. Em seguida, cada participante apresentava seu par para o grupo, destacando os itens mencionados. A proposta visava estimular o conhecimento mútuo e reforçar a singularidade de cada criança. Neste momento, Sol escolheu como dupla a autora deste relato, demonstrando o desejo de proximidade com as facilitadoras, o que despertou um olhar mais atento da autora para suas manifestações.

Após outras atividades, foi realizada a dinâmica de encerramento, chamada “Fechando o Paraquedas”. Nesta etapa, o tecido foi novamente estendido, desta vez no chão, e as crianças sentaram-se em círculo ao redor. Foi proposto um momento de reflexão sobre como havia sido o dia. Em seguida, as crianças foram convidadas a pensar em sentimentos ou pensamentos desconfortáveis e a imaginá-los como uma “gosma verde” que as cobria, uma analogia ao slime, muito conhecido por elas. Cada uma deveria então se levantar e fingir que estava retirando essa gosma do corpo, jogando-a simbolicamente dentro do centro do paraquedas. Ao final, o tecido seria sacudido, representando a “limpeza” do espaço emocional coletivo.

Durante essa atividade, Sol sentou-se ao lado da autora. No momento de compartilhar os sentimentos, foi perguntado se gostaria de dizer algo. Sol sinalizou que preferia falar em particular e, ao se aproximar do ouvido da autora, referiu: “só me sinto feliz dormindo”. Aqui se destaca a importância da escuta qualificada, não se trata apenas de ouvir o que a criança diz, mas de perceber o que ela tenta comunicar com suas poucas palavras.

Após o manejo com todas as crianças no encerramento da atividade, foi realizado o debriefing com a equipe, onde o relato foi compartilhado. Ao longo dos dias seguintes, a assistente social da equipe se aproximou mais de Sol, o que resultou na vinculação das duas, possibilitando a revelação, por parte da adolescente, de que vinha sendo vítima de violência física por parte da mãe, dentro do próprio abrigo, apresentando, inclusive, marcas visíveis dos maus-tratos.

Esse caso evidencia como a violência pode ocorrer mesmo em espaços teoricamente protetivos. De forma mais ampla, dados do Atlas da Violência 2025 mostram que, só em 2023, foram registrados 115.384 casos de violência contra crianças e adolescentes de até 19 anos no Brasil, incluindo agressões físicas, psicológicas, abusos sexuais e negligência. Esse número representa um aumento de 36,2% em relação ao ano anterior, com uma média de 13 vítimas por hora, sendo que a maior parte dessas ocorrências acontece no ambiente familiar: entre crianças de 0 a 4 anos, 67,8% das notificações foram dentro de casa; e, entre aquelas de 5 a 14 anos, o índice foi de 65,9% (IPEA; FBSP, 2025).

Segundo Santos *et al.* (2025), a violência e o abuso infantil causam impactos que vão além da infância, afetando a saúde física e mental na adolescência. Esses episódios favorecem distúrbios psicológicos, alterações comportamentais e dificuldades cognitivas, além de sintomas depressivos e ansiosos que comprometem as relações afetivas e o desempenho escolar. Muitas sequelas surgem ao longo do tempo, reforçando o abuso infantil como um grave problema de saúde pública.

O estudo de Tachibana e Barbosa (2021), realizado em um ambulatório especializado no atendimento a crianças vítimas de violência sexual, destaca que, quando acompanhada por adultos capacitados e atentos, a criança pode usar o brincar como uma forma legítima de expressão e elaboração psíquica, em um ambiente que acolhe sem invadir seu espaço. No caso de Sol, que vivenciava violência física dentro do próprio abrigo, essas dimensões, lúdico, escuta e vínculo, criaram um ambiente suficientemente seguro para que ela pudesse relatar a violência que estava vivendo.

O vínculo construído entre a equipe e Sol fez toda a diferença neste caso. Não foi algo imediato, foi se formando gradualmente nos pequenos gestos e interações, na demonstração

de importância e, principalmente, na escuta, o que gerou confiança. A forma como ela se permitiu falar e, depois, pedir ajuda, só foi possível porque antes existiu vínculo. Na Psicologia, Bowlby (1984) já falava sobre isso ao mostrar que, quando a criança encontra uma figura que a acolhe de forma consistente e segura, ela consegue acessar recursos internos para lidar com situações difíceis. No abrigo, mesmo com tantas incertezas, esse espaço de segurança foi sendo construído, e foi justamente isso que tornou possível a revelação da violência.

A Visão Mundial, por meio de seus treinamentos, havia preparado a equipe para situações dessa natureza, com protocolos claros de salvaguarda e proteção infantil. Diante do relato de Sol, a equipe seguiu o protocolo estabelecido, acionando a responsável pela salvaguarda da operação e articulando os encaminhamentos necessários com a rede de proteção. Foram acionados o Conselho Tutelar, a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e os serviços de assistência social.

Salvaguarda, nesse contexto, diz respeito a um conjunto de princípios, diretrizes e procedimentos adotados para prevenir e responder a qualquer forma de violência, abuso, negligência ou exploração envolvendo o público atendido. A política da Visão Mundial estabelece que todas as pessoas envolvidas nas atividades, sejam funcionários, voluntários ou parceiros, têm a responsabilidade de proteger as crianças, zelando por sua integridade física e emocional (World Vision International, [s.d.]).

Essa atuação está em conformidade com o Estatuto Nacional da Criança e do Adolescente, que assegura o direito à proteção integral, cabendo ao poder público, à família e à sociedade garantir com absoluta prioridade a dignidade, o respeito, a liberdade e a segurança das crianças e adolescentes. O próprio Art. 5º do Estatuto reforça essa diretriz ao afirmar:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Brasil, 1990).

Sol demonstrou, desde o início, o desejo de realizar a denúncia e solicitou ajuda das facilitadoras. Após receber as orientações sobre o processo e suas implicações, incluindo a possibilidade de acolhimento institucional, ela reafirmou sua decisão, permitindo a atuação da equipe. Conforme orienta o Ministério da Saúde (Brasil, 2021), a notificação de casos de violência contra crianças e adolescentes é uma medida fundamental não apenas para garantir proteção imediata, mas também para responsabilizar os agressores e fortalecer políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência infantojuvenil.

Após o relato de violência, Sol foi acompanhada pela equipe, que se manteve presente durante o processo de denúncia. A jovem foi acolhida e teve sua decisão respeitada em cada etapa. Segundo orientações do Ministério da Saúde (Brasil, 2023), é fundamental que a vítima seja acompanhada por profissionais capacitados, que promovam um ambiente de segurança emocional e garantam o respeito às suas escolhas, evitando revitimizações e fortalecendo sua autonomia. No caso de Sol, esse cuidado foi tomado para que ela se sentisse amparada e segura para seguir com o processo de proteção.

Sol foi, ao final do processo, encaminhada para o acolhimento institucional, medida necessária para garantir sua integridade física e emocional diante da situação de violência vivida. Durante essa transição, a equipe de facilitadoras manteve-se próxima, oferecendo apoio e escuta, assegurando que a adolescente não se sentisse sozinha ou desamparada. Esse suporte seguiu até o momento de sua saída do abrigo, reafirmando o compromisso da equipe com a proteção e o bem-estar de cada criança e adolescente atendido, e evidenciando que, mesmo em meio a uma emergência humanitária, é possível construir redes de cuidado e confiança que transformam realidades.

Todo esse processo só foi possível graças ao ambiente de cuidado e confiança que vinha sendo cuidadosamente construído ao longo das interações cotidianas no Espaço Amigável. As atividades realizadas no dia do relato de Sol foram aqui descritas porque ajudam a mostrar como cada detalhe importa, desde o espaço físico, a forma como a equipe se posiciona e até a atividade que é proposta. Nada disso acontece por acaso. Foi justamente a combinação de um ambiente seguro, de profissionais preparados e de dinâmicas pensadas com intencionalidade que possibilitou que Sol se sentisse à vontade para se aproximar e compartilhar algo tão delicado. O UNICEF (2009) destaca que quando há estrutura, rotina e uma equipe presente de forma ativa e empática, as crianças conseguem confiar, brincar e até falar do que mais doi. E foi isso que aconteceu neste espaço.

Ao descrever as atividades daquele dia e o processo que levou à revelação da violência, torna-se possível compreender como elementos aparentemente simples podem ganhar significados profundos no contexto do desenvolvimento infantil, especialmente em situações de crise. Essa compreensão se fortalece quando olhamos para o caso de Sol à luz de referenciais teóricos que ajudam a ampliar o olhar sobre as múltiplas dimensões envolvidas. O caso de Sol permite uma leitura integrada dos aportes teóricos de Bronfenbrenner (1979; 2005), articulando tanto o modelo ecológico do desenvolvimento quanto sua formulação posterior, a teoria bioecológica, centrada na interação entre os componentes pessoa, processo, contexto e tempo (PPCT) (Assis; Moreira; Fornasier, 2021).

No que diz respeito ao contexto, a análise do caso evidencia como os diferentes níveis do ambiente se manifestam e interagem em situações de emergência. No microsistema, que corresponde aos contextos mais imediatos de convivência, destacam-se tanto a relação direta de Sol com sua mãe, marcada por violência, quanto os vínculos construídos com a equipe dos Espaços Amigáveis. Foi nesse nível que a adolescente vivenciou simultaneamente a ameaça à sua integridade e a possibilidade de reconstrução de confiança, a partir de interações cuidadosas, respeitadas e constantes com as facilitadoras do espaço, o que se conecta ao componente processo, referente às interações proximais contínuas que sustentam o desenvolvimento.

O mesossistema, por sua vez, refere-se às conexões entre dois ou mais microsistemas e se expressa nas articulações entre o EAC, a família e os serviços da rede de proteção, que, em diálogo, possibilitaram a escuta da adolescente, a denúncia e o acompanhamento contínuo. Já no exossistema, observam-se os efeitos de decisões e estruturas institucionais que impactam a criança de forma indireta, como o funcionamento do abrigo, a política de salvaguarda da organização e a atuação das instituições humanitárias. Embora Sol não interagisse diretamente com essas instâncias, elas influenciaram diretamente sua experiência de proteção e cuidado.

O macrossistema diz respeito aos padrões culturais, sociais e econômicos mais amplos, incluindo tanto os discursos que silenciam ou naturalizam a violência doméstica quanto os marcos legais e políticas públicas que regulam a proteção da infância em situações de desastre. Por fim, o cronossistema, que também compõe o eixo tempo da teoria bioecológica, envolve as mudanças ao longo da vida da criança e o impacto de eventos críticos. No caso de Sol, o desastre rompeu sua trajetória, desestabilizando rotinas e vínculos, mas também abriu espaço para a intervenção psicossocial e o fortalecimento de laços protetores.

Complementarmente, o componente pessoa do modelo PPCT destaca as características individuais de Sol, como sua idade, seu histórico de vida e seu modo de se relacionar, que influenciaram a forma como ela percebeu e se engajou nos vínculos oferecidos pelo espaço. Já o tempo de convivência com a equipe e a frequência das interações revelam a importância da duração e regularidade dos vínculos estabelecidos, outro aspecto essencial da dimensão temporal do modelo bioecológico.

Essa leitura bioecológica do caso permite articular teoria e prática de forma integrada. Como discutido por Cadamuro *et al.* (2021), a resiliência infantil não depende apenas de fatores individuais, mas é sustentada pelas relações próximas, pelas redes comunitárias e pelas estruturas sociais disponíveis. No caso de Sol, foi justamente a combinação entre o vínculo

com adultos confiáveis, o acesso a um espaço seguro e a articulação com a rede de proteção que possibilitou sua mobilização diante da violência vivida. Dessa forma, os Espaços Amigáveis demonstram sua potência como estratégia psicossocial, ao atuarem em múltiplos níveis do ambiente e contribuírem de maneira efetiva para a proteção e o desenvolvimento de crianças e adolescentes em contextos de crise. E foi justamente esse espaço que permitiu a Sol, mesmo em meio à emergência, ser ouvida, acolhida e protegida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência vivida nos Espaços Amigáveis para Crianças, durante o desastre no Rio Grande do Sul, reafirmou a importância de estratégias de proteção que vão além do assistencialismo e se concentram na escuta, no vínculo e no reconhecimento da subjetividade infantil. Em contextos de crise, quando tantas estruturas físicas, emocionais e sociais se rompem, é urgente oferecer às crianças não apenas abrigo, mas espaços onde possam ser vistas, acolhidas e respeitadas.

A partir da prática, foi possível observar como os EACs atuam em diferentes níveis do ambiente em que a criança está inserida, como propõe a teoria bioecológica do desenvolvimento humano. O caso de Sol mostrou como fatores do microsistema (vínculo direto com a equipe), do mesossistema (articulação com a rede de proteção) e até do macrossistema (normas culturais e institucionais) interagem de forma complexa no processo de proteção infantil. Ao mesmo tempo, a Psicologia Comunitária ofereceu o olhar necessário para compreender que nenhum cuidado acontece isoladamente: ele nasce das relações, da presença atenta, e da construção coletiva de ambientes seguros e afetivos.

Por tudo isso, é necessário reiterar o quanto o espaço, quando pensado com intencionalidade, pode se tornar um verdadeiro fator de proteção. A Psicologia Ambiental também nos ajuda a compreender que não é o espaço em si que protege, mas o modo como ele é vivido, apropriado e ressignificado por quem o habita. A criança passa a atribuir um novo significado ao ambiente no qual se sente segura, reconhecida e respeitada. Assim, esse espaço deixa de ser apenas físico e se constitui como um lugar de pertencimento, favorecendo vínculos e o desenvolvimento emocional.

Foi exatamente nesse contexto que os Espaços Amigáveis desempenharam um papel essencial. Por meio do brincar, da rotina, do vínculo com a equipe e da escuta qualificada, as crianças foram, aos poucos, reconstruindo o senso de continuidade, confiança e segurança emocional. No caso de Sol, esse espaço foi fundamental para que ela pudesse dizer o que

estava calado, não porque foi forçada a falar, mas porque sentiu que ali havia quem a escutasse de verdade. Assim, mais do que uma estratégia emergencial, os EACs revelam-se como espaços vivos de cuidado, proteção e reconstrução, capazes de acolher a criança em sua inteireza e de favorecer, mesmo em cenários adversos, seu desenvolvimento psicossocial.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Diana Cavalcante Miranda de; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; FORNASIER, Rafael Cerqueira. **Teoria bioecológica de Bronfenbrenner: a influência dos processos proximais no desenvolvimento social das crianças**. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 10, e582101019263, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.19263>. Acesso em: 25 maio 2025.

ASSOCIAÇÃO ESFERA. **O Manual Esfera: carta humanitária e normas mínimas para a resposta humanitária**. 4. ed. Genebra: Sphere Association, 2018. Tradução: Associação Irdin Editora, 2020. Disponível em: <https://www.spherestandards.org/handbook>. Acesso em: 22 jun. 2025.

OLIVEIRA, Ana Tercila Campos; MORAIS, Normanda Araujo de. **Resiliência comunitária: um estudo de revisão integrativa da literatura**. *Trends in Psychology*, v. 26, n. 4, p. 1731–1745, out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tpsy/a/HMbfr7yYyyqBMZyJgqxGpft/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2025.

BOWLBY, John. **Apego: a natureza do vínculo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cuidado e proteção: a importância da notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/cuidado-e-protecao-a-importancia-da-notificacao-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescente>. Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências: Orientação para Gestores e Profissionais de Saúde**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/publicacoes/linha-de-cuidado-para-a-atencao-integral-a-saude-de-criancas-adolescentes-e-suas-familias-em-situacao-de-violencias-orientacao-para-gestores-e-profissionais-de-saude/view>. Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 24 maio 2025.

BRONFENBRENNER, Urie. **The ecology of human development: experiments by nature and design**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

BRONFENBRENNER, Urie. **Making human beings human: bioecological perspectives on human development**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

CADAMURO, Alessia *et al.* **Resilience in children in the aftermath of disasters: A systematic review and a new perspective on individual, interpersonal, group, and intergroup level factors**. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, v. 31, p. 259–275, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/casp.2500>. Acesso em: 30 mar. 2025.

CARVALHO, Marianne da Cruz de. **A importância do brincar na construção de conhecimentos de crianças na pré-escola**. 2016. Dissertação (Mestrado em Docência e Gestão da Educação) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/161819050>. Acesso em: 24 jun. 2025

CEPAL; BID; BANCO MUNDIAL. **Avaliação dos efeitos e impactos das inundações no Rio Grande do Sul: novembro de 2024**. Brasília: CEPAL, 2024.

COSTA, Fernando Guilherme da; FLAUZINO, Regina Fernandes; NAVARRO, Marli Brito Moreira de Albuquerque; CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira. **Abrigos temporários em desastres: a experiência de São José do Rio Preto, Brasil**. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n. esp., p. 327–337, jun. 2017. DOI: 10.1590/0103-11042017S227.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **A practical guide for developing child friendly spaces**. New York: UNICEF, 2009. Disponível em: [https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/a\\_practical\\_guide\\_to\\_developing\\_child\\_friendly\\_spaces\\_-\\_unicef\\_11\\_1.pdf/](https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/a_practical_guide_to_developing_child_friendly_spaces_-_unicef_11_1.pdf/). Acesso em: 16 mar. 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **The State of the World's Children 2024: for every child, a fair chance**. New York: UNICEF, 2024a. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/state-of-worlds-children-2024>. Acesso em: 30 mar. 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Brazil Humanitarian Situation Report No. 1 (Floods Rio Grande do Sul)**. Brasília: UNICEF, 26 jun. 2024b. Disponível em: <https://www.unicef.org/documents/brazil-humanitarian-situation-report-rio-grande-do-sul-floods-26-june-2024>. Acesso em: 9 maio 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **UNICEF deixa legado no RS e reafirma compromisso com os direitos das crianças na reconstrução após as enchentes**. Brasília: UNICEF, 17 dez. 2024c. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-deixa-legado-no-rs-e-reafirma-compromisso-com-os-direitos-das-criancas-na-reconstrucao-apos-as-enchentes>. Acesso em: 9 maio 2025.

HERMOSILLA, Sabrina *et al.* **Child friendly spaces impact across five humanitarian settings: a meta-analysis**. *BMC Public Health*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 576, 2019. Disponível em: <https://bmcpublikealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-019-6939-2>. Acesso em: 9 mar. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da violência 2025**. Brasília: Ipea, 2025. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes?utm\\_source](https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes?utm_source) Acesso em: 1 jun. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES; WORLD VISION INTERNATIONAL. **The Activity Catalogue for Child Friendly Spaces in Humanitarian Settings**. Copenhagen: IFRC Reference Centre for Psychosocial Support, 2018. Disponível em: [https://mhpsshub.org/resource/activity-catalogue-for-child-friendly-spaces-in-humanitarian-se](https://mhpsshub.org/resource/activity-catalogue-for-child-friendly-spaces-in-humanitarian-settings/) ttings/. Acesso em: 12 maio 2025.

KAR, Nilamadhab. **Psychological impact of disasters on children: review of assessment and interventions**. World Journal of Pediatrics, v. 5, n. 1, p. 5–11, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12519-009-0001-x>. Acesso em: 9 mar. 2025.

LIMA, Andersson de Castro; PACHECO, Fábio Pinheiro; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. **Psicologia ambiental e simbolismo do espaço: mapeamento afetivo da relação de trabalhadores da política de assistência social com seus lugares de trabalho**. Revista GeoSaberes, Fortaleza, v. 12, p. 244 - 255, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v12i0.1115> . Acesso em: 25 jun. 2025.

NASCIMENTO, Kalrylene Leite do; NASCIMENTO, Francisleile Lima. **Psicologia infantil: a importância do brincar no desenvolvimento da criança**. Boletim de Conjuntura, Boa Vista, ano IV, v. 10, n. 30, p. 57–76, 2022. Disponível em: <http://www.ioles.com.br/boca>. Acesso em: 24 jun. 2025.

OLIVEIRA, Gírléia Barbosa *et al.* **Infância do brincar e do brinquedo como produção de subjetividade: olhares em Walter Benjamin**. Revista SEMAP, v. 16, n. 1, p. 1–16, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semap/article/view/39478/28409>. Acesso em: 12 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança. Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução 44/25, 1989**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 9 mar. 2025.

POLETTO, Michele; KOLLER, Sílvia Helena. **Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção**. Estudos de Psicologia (Campinas), [S. l.], v. 25, n. 3, 2008. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/estpsi/article/view/7015>. Acesso em: 16 jun. 2025.

RAYANE, Daniele Barbosa; SOUSA, Daniela Heitzmann Amaral Valentim de. **Privação afetiva e suas consequências na primeira infância: um estudo de caso**. Interscientia, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 90 – 111, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/interscientia/article/view/721/601>. Acesso em: 24 jun. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Defesa Civil. **Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 10/6 – 9h**. Disponível em: <https://www.defesacivil.rs.gov.br/defesa->

civil-atualiza-balanço-das-enchentes-no-rs-10-6-9h-6671eb9e34066-6679e4a1759fd. Acesso em: 12 maio 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Defesa Civil. **Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS - 10/7**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em: <https://www.defesacivil.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanço-das-enchentes-no-rs-10-7-66b67813ba21f-66c4eed627af9-680aa31f76e02>. Acesso em: 24 maio 2025.

SANTOS, Larissa Aguiar dos, *et al.* **Impactos da violência infantil no crescimento e desenvolvimento da criança: uma revisão integrativa da literatura**. Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde, [Vitória], v. 27, n. supl 1, p. 1-10, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/48251>. Acesso em: 1 jun. 2025.

SAVE THE CHILDREN. **Child friendly spaces in emergencies: a handbook for Save the Children staff**. London: Save the Children, 2008. Disponível em: <https://resourcecentre.savethechildren.net/document/child-friendly-spaces-emergencies-handbook-save-children-staff/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

TACHIBANA, Miriam; BARBOSA, Paula Carvalho. **Escutando o brincar num ambulatório de violência sexual infantil**. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, v. 12, n. 1supl, p. 138, 2021. DOI: 10.5433/2236-6407.2021v12n1supl138. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/39119/29979>. Acesso em: 12 maio 2025.

THE ALLIANCE FOR CHILD PROTECTION IN HUMANITARIAN ACTION. **Minimum standards for child protection in humanitarian action**. 2. ed. Geneva: The Alliance for Child Protection in Humanitarian Action, 2019. Disponível em: [https://alliancecpha.org/en/CPMS\\_home](https://alliancecpha.org/en/CPMS_home). Acesso em: 9 mar. 2025.

UNDRR - UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. **Disaster**. 2023a. Disponível em: <https://www.undrr.org/terminology/disaster>. Acesso em: 22 jun. 2025.

UNDRR - UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. **Exposure**. 2023b. Disponível em: <https://www.undrr.org/terminology/exposure>. Acesso em: 22 jun. 2025.

UNDRR - UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. **Vulnerability**. 2023c. Disponível em: <https://www.undrr.org/terminology/vulnerability>. Acesso em: 22 jun. 2025.

WORLD VISION INTERNATIONAL. **Safeguarding**. Disponível em: <https://www.wvi.org/safeguarding>. Acesso em: 12 maio 2025